

## **Atividade Assíncrona 01**

Título do Trabalho de Pesquisa

**Explique os significados, as diferenças e as relações existentes entre razão e intuição.**

O estudante deverá fazer uma resenha em que destacará os elementos mais importantes dos textos, em anexo. Depois disso, o estudante deverá fazer uma análise crítica dos pontos mais importantes que julgar existentes nos textos.

A resenha deverá ter de vinte a vinte e cinco linhas.

O trabalho deverá ser digitado com:

- Fonte 12,
- Letra Times New Roman,
- Espaço 1,5,
- Parágrafo 1,
- Margens 2cm (esquerda, direita, superior e inferior);
- Texto justificado,
- Texto em PDF.

O trabalho vale de zero a quinze pontos.

Boa sorte.

Um abraço, Trotta.



**Marilena Chauí**

## **Convite à Filosofia**

Ed. Ática, São Paulo, 2000.

## Capítulo 1

### A Razão

#### Os vários sentidos da palavra *razão*

Nos capítulos precedentes, insistimos muito na afirmação de que a Filosofia se realiza como conhecimento racional da realidade natural e cultural, das coisas e dos seres humanos. Dissemos que ela confia na razão e que, hoje, ela também desconfia da razão. Mas, até agora, não dissemos o que é a razão, apesar de ser ela tão antiga quanto a Filosofia.

Em nossa vida cotidiana usamos a palavra razão em muitos sentidos. Dizemos, por exemplo, “eu estou com a razão”, ou “ele não tem razão”, para significar que nos sentimos seguros de alguma coisa ou que sabemos com certeza alguma coisa. Também dizemos que, num momento de fúria ou de desespero, “alguém perde a razão”, como se a razão fosse alguma coisa que se pode ter ou não ter, possuir e perder, ou recuperar, como na frase: “Agora ela está lúcida, recuperou a razão”.

Falamos também frases como: “Se você me disser suas razões, sou capaz de fazer o que você me pede”, querendo dizer com isso que queremos ouvir os motivos que alguém tem para querer ou fazer alguma coisa. Fazemos perguntas como: “Qual a razão disso?”, querendo saber qual a causa de alguma coisa e, nesse caso, a razão parece ser alguma propriedade que as próprias coisas teriam, já que teriam uma causa.

Assim, usamos “razão” para nos referirmos a “motivos” de alguém, e também para nos referirmos a “causas” de alguma coisa, de modo que tanto nós quanto as coisas parecemos dotados de “razão”, mas em sentido diferente.

Esses poucos exemplos já nos mostram quantos sentidos diferentes a palavra razão possui: certeza, lucidez, motivo, causa. E todos esses sentidos encontram-se presentes na Filosofia.

Por identificar razão e certeza, a Filosofia afirma que a verdade é racional; por identificar razão e lucidez (não ficar ou não estar louco), a Filosofia chama nossa razão de luz e luz natural; por identificar razão e motivo, por considerar que

sempre agimos e falamos movidos por motivos, a Filosofia afirma que somos seres racionais e que nossa vontade é racional; por identificar razão e causa e por julgar que a realidade opera de acordo com relações causais, a Filosofia afirma que a realidade é racional.

É muito conhecida a célebre frase de Pascal, filósofo francês do século XVII: “O coração tem razões que a razão desconhece”. Nessa frase, as palavras *razões* e *razão* não têm o mesmo significado, indicando coisas diversas. *Razões* são os motivos do coração, enquanto *razão* é algo diferente de *coração*; este é o nome que damos para as emoções e paixões, enquanto “razão” é o nome que damos à consciência intelectual e moral.

Ao dizer que o coração tem suas próprias razões, Pascal está afirmando que as emoções, os sentimentos ou as paixões são causas de muito do que fazemos, dizemos, queremos e pensamos. Ao dizer que a razão desconhece “as razões do coração”, Pascal está afirmando que a consciência intelectual e moral é diferente das paixões e dos sentimentos e que ela é capaz de uma atividade própria não motivada e causada pelas emoções, mas possuindo seus motivos ou suas próprias razões.

Assim, a frase de Pascal pode ser traduzida da seguinte maneira: Nossa vida emocional possui causas e motivos (as “razões do coração”), que são as paixões ou os sentimentos, e é diferente de nossa atividade consciente, seja como atividade intelectual, seja como atividade moral.

A consciência é a razão. Coração e razão, paixão e consciência intelectual ou moral são diferentes. Se alguém “perde a razão” é porque está sendo arrastado pelas “razões do coração”. Se alguém “recupera a razão” é porque o conhecimento intelectual e a consciência moral se tornaram mais fortes do que as paixões. A razão, enquanto consciência moral, é a vontade racional livre que não se deixa dominar pelos impulsos passionais, mas realiza as ações morais como atos de virtude e de dever, ditados pela inteligência ou pelo intelecto.

Além da frase de Pascal, também ouvimos outras que elogiam as ciências, dizendo que elas manifestam o “progresso da razão”. Aqui, a razão é colocada como capacidade puramente intelectual para conseguir o conhecimento verdadeiro da Natureza, da sociedade, da História e isto é considerado algo bom, positivo, um “progresso”.

Por ser considerado um “progresso”, o conhecimento científico é visto como se realizando no tempo e como dotado de continuidade, de tal modo que a razão é concebida como temporal também, isto é, como capaz de aumentar seus conteúdos e suas capacidades através dos tempos.

Algumas vezes ouvimos um professor dizer a outro: “Fulano trouxe um trabalho irracional; era um caos, uma confusão. Incompreensível. Já o trabalho de beltrano era uma beleza: claro, compreensível, racional”. Aqui, a razão, ou racional,

significa clareza das idéias, ordem, resultado de esforço intelectual ou da inteligência, seguindo normas e regras de pensamento e de linguagem.

Todos esses sentidos constituem a nossa idéia de razão. Nós a consideramos a consciência moral que observa as paixões, orienta a vontade e oferece finalidades éticas para a ação. Nós a vemos como atividade intelectual de conhecimento da realidade natural, social, psicológica, histórica. Nós a concebemos segundo o ideal da clareza, da ordenação e do rigor e precisão dos pensamentos e das palavras.

Para muitos filósofos, porém, a razão não é apenas a capacidade moral e intelectual dos seres humanos, mas também uma propriedade ou qualidade primordial das próprias coisas, existindo na própria realidade. Para esses filósofos, nossa razão pode conhecer a realidade (Natureza, sociedade, História) porque ela é racional em si mesma.

Fala-se, portanto, em **razão objetiva** (a realidade é racional em si mesma) e em **razão subjetiva** (a razão é uma capacidade intelectual e moral dos seres humanos). A razão objetiva é a afirmação de que o **objeto do conhecimento** ou a realidade é racional; a razão subjetiva é a afirmação de que o **sujeito do conhecimento e da ação** é racional. Para muitos filósofos, a Filosofia é o momento do encontro, do acordo e da harmonia entre as duas razões ou racionalidades.

### Origem da palavra *razão*

Na cultura da chamada sociedade ocidental, a palavra *razão* origina-se de duas fontes: a palavra latina *ratio* e a palavra grega *logos*. Essas duas palavras são substantivos derivados de dois verbos que têm um sentido muito parecido em latim e em grego.

*Logos* vem do verbo *legein*, que quer dizer: contar, reunir, juntar, calcular. *Ratio* vem do verbo *reor*, que quer dizer: contar, reunir, medir, juntar, separar, calcular.

Que fazemos quando medimos, juntamos, separamos, contamos e calculamos? Pensamos de modo ordenado. E de que meios usamos para essas ações? Usamos palavras (mesmo quando usamos números estamos usando palavras, sobretudo os gregos e os romanos, que usavam letras para indicar números).

Por isso, *logos*, *ratio* ou **razão** significam pensar e falar ordenadamente, com medida e proporção, com clareza e de modo compreensível para outros. Assim, na origem, razão é a capacidade intelectual para pensar e exprimir-se correta e claramente, para pensar e dizer as coisas tais como são. A razão é uma maneira de organizar a realidade pela qual esta se torna compreensível. É, também, a confiança de que podemos ordenar e organizar as coisas porque são organizáveis, ordenáveis, compreensíveis nelas mesmas e por elas mesmas, isto é, as próprias coisas são racionais.

Desde o começo da Filosofia, a origem da palavra *razão* fez com que ela fosse considerada oposta a quatro outras atitudes mentais:

1. ao conhecimento ilusório, isto é, ao conhecimento da mera aparência das coisas que não alcança a realidade ou a verdade delas; para a razão, a ilusão provém de nossos costumes, de nossos preconceitos, da aceitação imediata das coisas tais como aparecem e tais como parecem ser. As ilusões criam as opiniões que variam de pessoa para pessoa e de sociedade para sociedade. A razão se opõe à mera opinião;
2. às emoções, aos sentimentos, às paixões, que são cegas, caóticas, desordenadas, contrárias umas às outras, ora dizendo “sim” a alguma coisa, ora dizendo “não” a essa mesma coisa, como se não soubéssemos o que queremos e o que as coisas são. A razão é vista como atividade ou ação (intelectual e da vontade) oposta à paixão ou à passividade emocional;
3. à crença religiosa, pois, nesta, a verdade nos é dada pela fé numa revelação divina, não dependendo do trabalho de conhecimento realizado pela nossa inteligência ou pelo nosso intelecto. A razão é oposta à revelação e por isso os filósofos cristãos distinguem a luz natural - a razão - da luz sobrenatural - a revelação;
4. ao êxtase místico, no qual o espírito mergulha nas profundezas do divino e participa dele, sem qualquer intervenção do intelecto ou da inteligência, nem da vontade. Pelo contrário, o êxtase místico exige um estado de abandono, de rompimento com a atividade intelectual e com a vontade, um rompimento com o estado consciente, para entregar-se à fruição do abismo infinito. A razão ou consciência se opõe à inconsciência do êxtase.

### **Os princípios racionais**

Desde seus começos, a Filosofia considerou que a razão opera seguindo certos princípios que ela própria estabelece e que estão em concordância com a própria realidade, mesmo quando os empregamos sem conhecê-los explicitamente. Ou seja, o conhecimento racional obedece a certas regras ou leis fundamentais, que respeitamos até mesmo quando não conhecemos diretamente quais são e o que são. Nós as respeitamos porque somos seres racionais e porque são princípios que garantem que a realidade é racional.

Que princípios são esses? São eles:

**Princípio da identidade**, cujo enunciado pode parecer surpreendente: “*A é A*” ou “O que é, é”. O princípio da identidade é a condição do pensamento e sem ele não podemos pensar. Ele afirma que uma coisa, seja ela qual for (um ser da Natureza, uma figura geométrica, um ser humano, uma obra de arte, uma ação), só pode ser conhecida e pensada se for percebida e conservada com sua identidade.

Por exemplo, depois que um matemático definir o triângulo como figura de três lados e de três ângulos, não só nenhuma outra figura que não tenha esse número de lados e de ângulos poderá ser chamada de triângulo como também todos os teoremas e problemas que o matemático demonstrar sobre o triângulo, só poderão ser demonstrados se, a cada vez que ele disser “triângulo”, soubermos a qual ser ou a qual coisa ele está se referindo. O princípio da identidade é a condição para que definamos as coisas e possamos conhecê-las a partir de suas definições.

**Princípio da não-contradição** (também conhecido como princípio da contradição), cujo enunciado é: “ $A$  é  $A$  e é impossível que seja, ao mesmo tempo e na mesma relação, não- $A$ ”. Assim, é impossível que a árvore que está diante de mim seja e não seja uma mangueira; que o cachorrinho de dona Filomena seja e não seja branco; que o triângulo tenha e não tenha três lados e três ângulos; que o homem seja e não seja mortal; que o vermelho seja e não seja vermelho, etc.

Sem o princípio da não-contradição, o princípio da identidade não poderia funcionar. O princípio da não-contradição afirma que uma coisa ou uma idéia que se negam a si mesmas se autodestroem, desaparecem, deixam de existir. Afirma, também, que as coisas e as idéias contraditórias são impensáveis e impossíveis.

**Princípio do terceiro-excluído**, cujo enunciado é: “Ou  $A$  é  $x$  ou é  $y$  e não há terceira possibilidade”. Por exemplo: “Ou este homem é Sócrates ou não é Sócrates”; “Ou faremos a guerra ou faremos a paz”. Este princípio define a decisão de um dilema - “ou isto ou aquilo” - e exige que apenas uma das alternativas seja verdadeira. Mesmo quando temos, por exemplo, um teste de múltipla escolha, escolhemos na verdade apenas entre duas opções - “ou está certo ou está errado” - e não há terceira possibilidade ou terceira alternativa, pois, entre várias escolhas possíveis, só há realmente duas, a certa ou a errada.

**Princípio da razão suficiente**, que afirma que tudo o que existe e tudo o que acontece tem uma razão (causa ou motivo) para existir ou para acontecer, e que tal razão (causa ou motivo) pode ser conhecida pela nossa razão. O princípio da razão suficiente costuma ser chamado de **princípio da causalidade** para indicar que a razão afirma a existência de relações ou conexões internas entre as coisas, entre fatos, ou entre ações e acontecimentos. Pode ser enunciado da seguinte maneira: “Dado  $A$ , necessariamente se dará  $B$ ”. E também: “Dado  $B$ , necessariamente houve  $A$ ”.

Isso não significa que a razão não admita o acaso ou ações e fatos acidentais, mas sim que ela procura, mesmo para o acaso e para o acidente, uma causa. A diferença entre a causa, ou razão suficiente, e a causa casual ou acidental está em que a primeira se realiza sempre, é universal e necessária, enquanto a causa acidental ou casual só vale para aquele caso particular, para aquela situação específica, não podendo ser generalizada e ser considerada válida para todos os

casos ou situações iguais ou semelhantes, pois, justamente, o caso ou a situação são únicos.

A morte, por exemplo, é um efeito necessário e universal (válido para todos os tempos e lugares) da guerra e a guerra é a causa necessária e universal da morte de pessoas. Mas é imprevisível ou acidental que esta ou aquela guerra aconteçam. Podem ou não podem acontecer. Nenhuma causa universal exige que aconteçam. Mas, se uma guerra acontecer, terá necessariamente como efeito mortes. Mas as causas dessa guerra são somente as dessa guerra e de nenhuma outra.

Diferentemente desse caso, o princípio da razão suficiente está vigorando plenamente quando, por exemplo, Galileu demonstrou as leis universais do movimento dos corpos em queda livre, isto é, no vácuo.

Pelo que foi exposto, podemos observar que os princípios da razão apresentam algumas características importantes:

? não possuem um conteúdo determinado, pois são **formas**: indicam como as coisas devem ser e como devemos pensar, mas não nos dizem quais coisas são, nem quais os conteúdos que devemos ou vamos pensar;

? possuem validade universal, isto é, onde houver razão (nos seres humanos e nas coisas, nos fatos e nos acontecimentos), em todo o tempo e em todo lugar, tais princípios são verdadeiros e empregados por todos (os humanos) e obedecidos por todos (coisas, fatos, acontecimentos);

? são necessários, isto é, indispensáveis para o pensamento e para a vontade, indispensáveis para as coisas, os fatos e os acontecimentos. Indicam que algo é assim e não pode ser de outra maneira. Necessário significa: é impossível que não seja dessa maneira e que pudesse ser de outra.

### **Ampliando nossa idéia de razão**

A idéia de razão que apresentamos até aqui e que constitui o ideal de racionalidade criado pela sociedade europeia ocidental sofreu alguns abalos profundos desde o início do século XX.

Aqui, vamos apenas oferecer alguns exemplos dos problemas que a Filosofia precisou enfrentar e que levaram a uma ampliação da idéia da razão.

Um primeiro abalo veio das ciências da Natureza ou, mais precisamente, da física e atingiu o princípio do terceiro-excluído. A física da luz (ou óptica) descobriu que a luz tanto pode ser explicada por ondas luminosas quanto por partículas descontínuas. Isso significou que já não se podia dizer: “ou a luz se propaga por ondas contínuas ou se propaga por partículas descontínuas”, como exigiria o princípio do terceiro-excluído, mas sim que a luz pode propagar-se tanto de uma maneira como de outra.

Por sua vez, a física atômica ou quântica abalou o princípio da razão suficiente. Vimos que esse princípio afirma que, conhecido *A*, posso determinar como dele



Maria Lúcia de Arruda Aranha  
Maria Helena Pires Martins

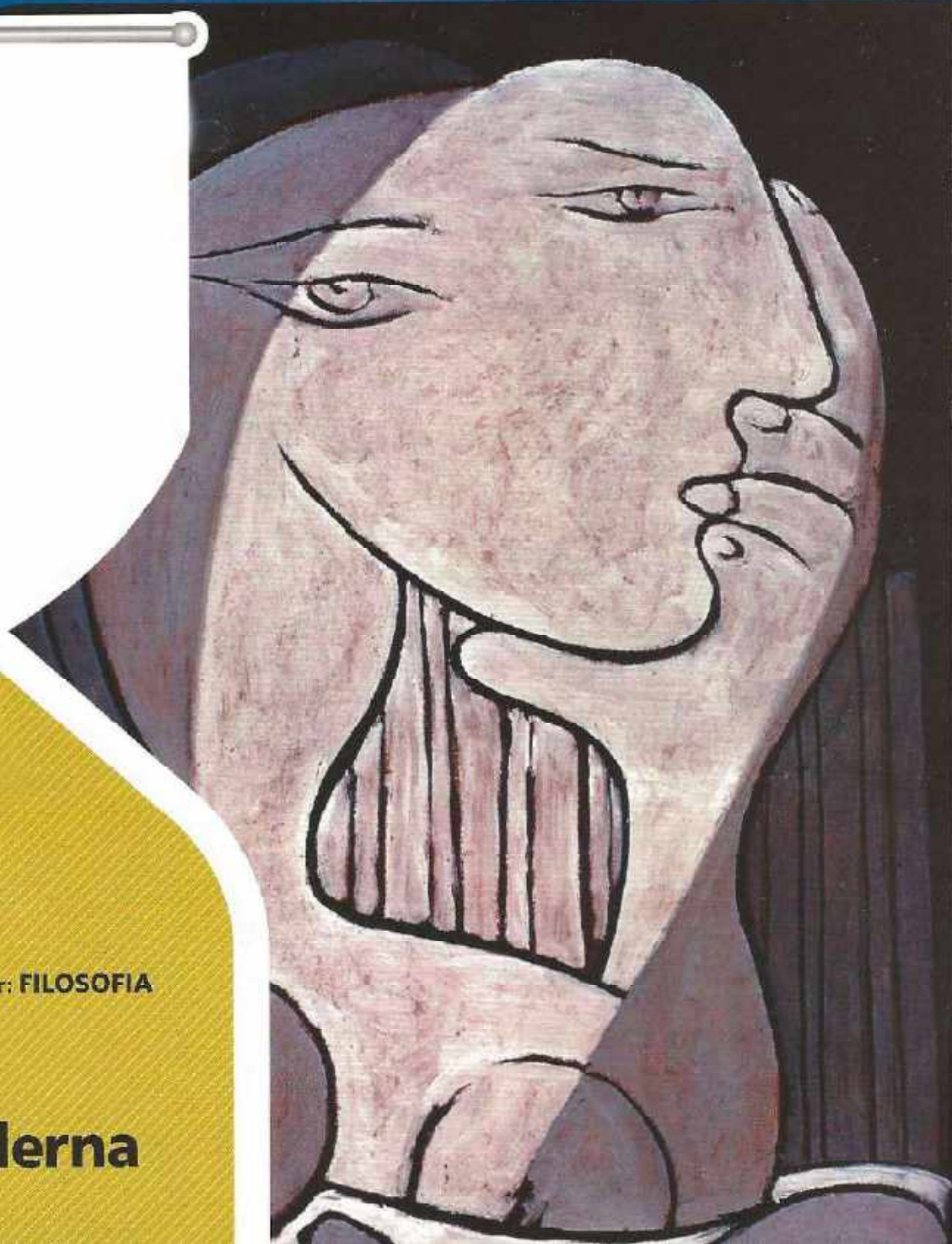
# FILOSOFANDO

Introdução à Filosofia

Volume Único

Componente curricular: FILOSOFIA

 **Moderna**





# Apresentação

A primeira intenção de uma obra de filosofia para o ensino médio não é a de formar filósofos, embora seu estudo eventualmente possa despertar vocações. O que se visa é estimular a reflexão do aluno, levando-o a desenvolver um novo olhar sobre o mundo, típico da especificidade do filosofar.

Se é verdade que a filosofia trabalha com conceitos, isso não significa que ela se distancia da vida. Muito pelo contrário, ela desenvolve a percepção sobre o cotidiano, levando as pessoas a questionarem o senso comum e a descobrirem novos significados para a existência, para as relações humanas que se estabelecem a partir dela e para o convívio com a natureza.

Todos nós sempre nos colocamos questões de caráter filosófico: O que é o ser humano? Ele é livre? O que é conhecimento? Que tipos de valores orientam a ciência? O que é ser justo? O que caracteriza um bom político? Que tipo de conhecimento a arte nos propicia? Deus existe? O que é ser moral? O que é democracia? Existem limites para a liberdade?

Essas indagações poderão ser mais bem discutidas se nos familiarizarmos com o pensamento dos filósofos, não para nos guiarmos por eles, mas para entrarmos em contato com as polêmicas que eles desencadearam, ampliando desse modo nossa capacidade de reflexão crítica.

A nossa expectativa é que este livro contribua para desenvolver as competências típicas da reflexão filosófica e para uma intervenção crítica e responsável na sociedade atual. Um bom estudo!

A reflexão filosófica, indagativa, do ser humano, foi tema de uma obra famosa do escultor francês Auguste Rodin (1840-1917): *O pensador*, de 1881. O pintor norueguês Edvard Munch (1863-1944), conhecedor da arte de Rodin, prestou-lhe uma homenagem, reproduzindo em sua pintura *O pensador de Rodin*, de 1907, a célebre escultura que o inspirou.



AKG IMAGES - LATINSTOCK - MUSEU RODIN, PARIS

# O conhecimento

Segundo o livro de Gênesis, do Antigo Testamento, descendentes de Noé chegaram a uma planície na Babilônia e iniciaram a construção de um templo tão alto que chegaria aos céus. Mas Deus castigou a sua soberba e confundiu as línguas. Eles não mais se entenderam e espalharam-se pelo mundo.

São inúmeros os simbolismos que esse relato provoca. A interpretação mais evidente é sobre a origem das diversas línguas; ou poderia ser uma advertência para que os humanos não queiram igualar-se aos deuses.

Imaginemos, porém, a hipótese de que até hoje a humanidade busca o contrário da Babel: o entendimento universal pelo confronto dos discursos diferentes diante dos quais tentamos o entendimento.

Começemos com Nietzsche, que comenta o que as pessoas entendem por conhecer, a fim de explicar uma das funções do filosofar: olhar como estranho, “ver de fora” aquilo que é familiar, *problematizar* nossas certezas:

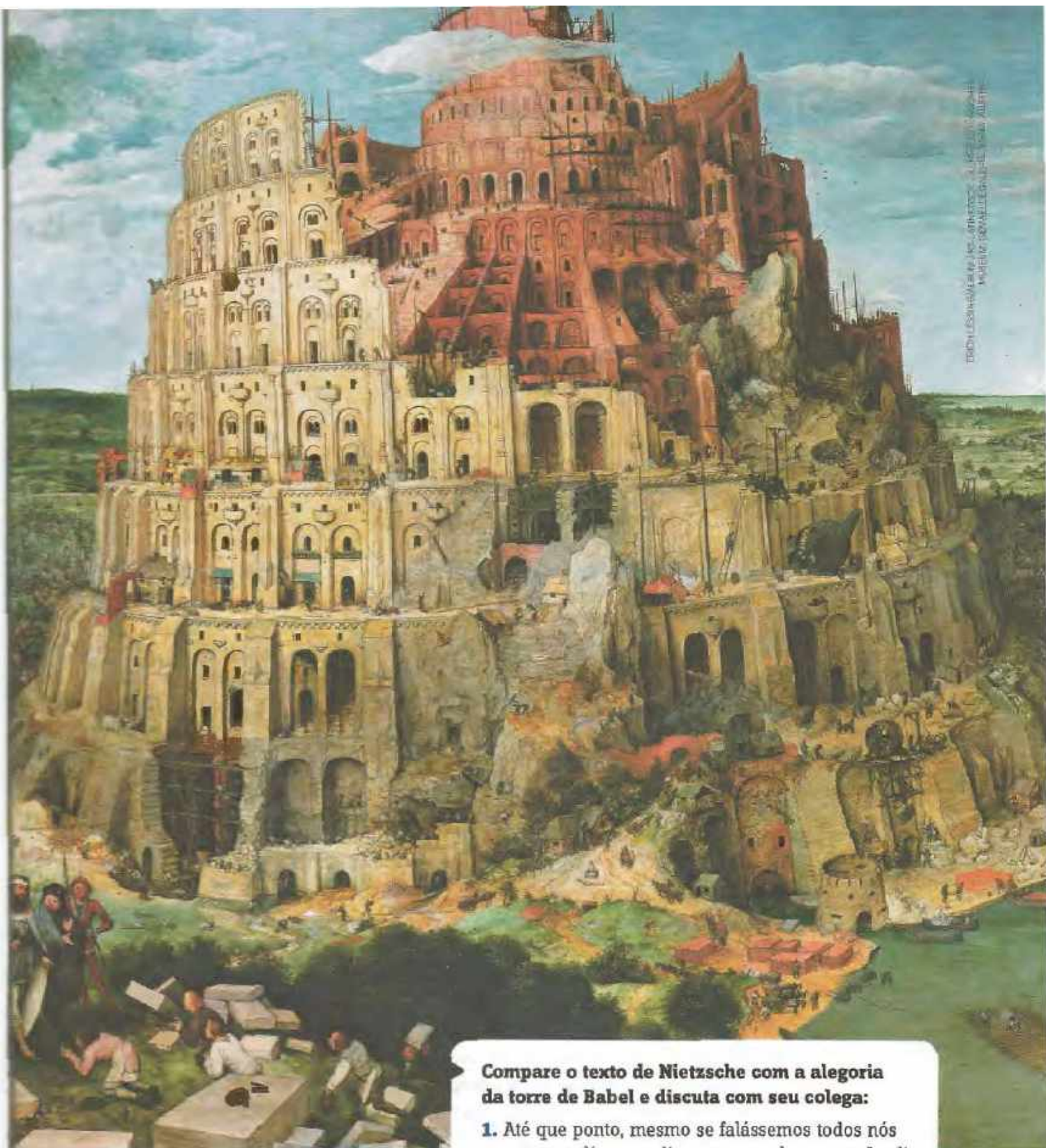
“O conhecido, isto é, aquilo a que estamos habituados, de modo que não mais nos admiramos, nosso cotidiano, alguma regra em que estamos inseridos, toda e qualquer coisa em que nos sentimos em casa: — como? Nossa necessidade de conhecer não é justamente essa necessidade do conhecido, a vontade de, em meio a tudo o que é estranho, inabitual, duvidoso, descobrir algo que não mais nos inquiete? E o júbilo dos que conhecem não seria precisamente o júbilo do sentimento de segurança reconquistado? [...] Erro dos erros! O familiar é o habitual; e o habitual é o mais difícil de ‘conhecer’, isto é, de ver como problema, como alheio, distante, ‘fora de nós’...”

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*, alorismo 355. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 250-251.



- ▶ **Capítulo 9**  
O que podemos conhecer? 108
- ▶ **Capítulo 10**  
Ideologias, 119
- ▶ **Capítulo 11**  
Lógica aristotélica, 130
- ▶ **Capítulo 12**  
Lógica simbólica, 141
- ▶ **Capítulo 13**  
A busca da verdade, 149
- ▶ **Capítulo 14**  
A metafísica da modernidade, 167
- ▶ **Capítulo 15**  
A crítica à metafísica, 179
- ▶ **Capítulo 16**  
A crise da razão, 194





*A torre de Babel, Pieter Bruegel, 1563.*

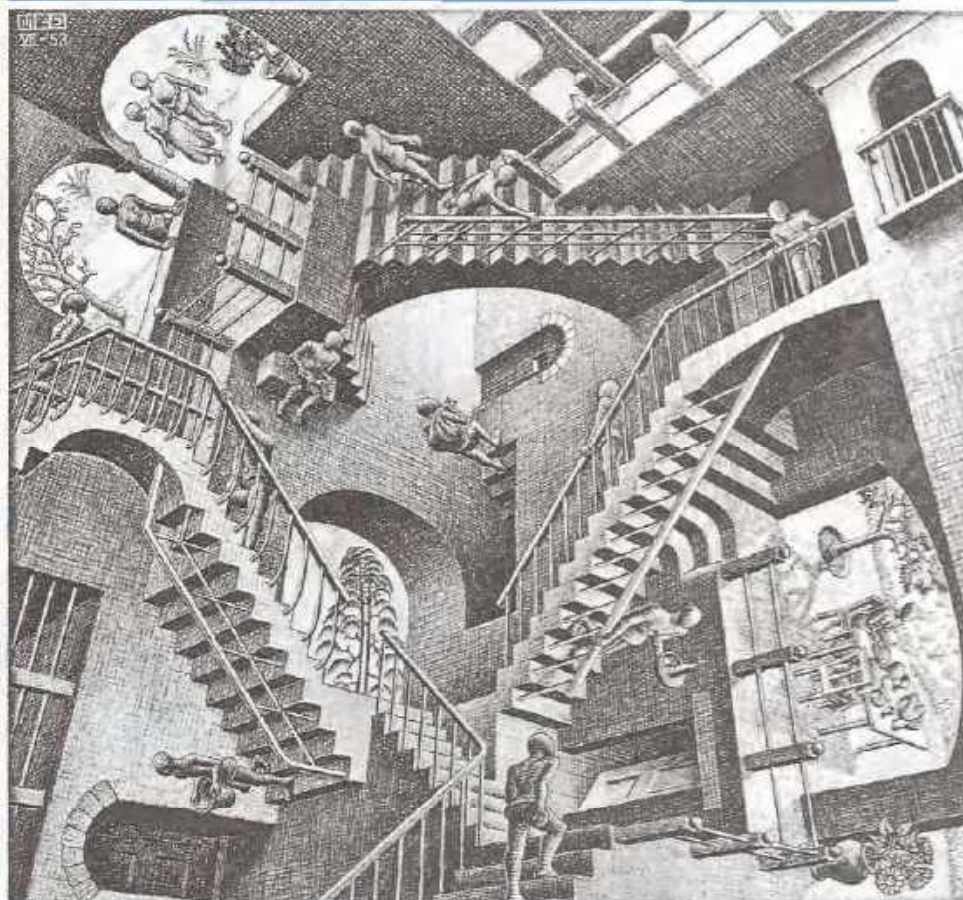
**Compare o texto de Nietzsche com a alegoria da torre de Babel e discuta com seu colega:**

1. Até que ponto, mesmo se falássemos todos nós a mesma língua, a linguagem pode nos confundir em vez de esclarecer?
2. Qual seria o papel da filosofia diante dessa polifonia de vozes divergentes?

Após a leitura desta Unidade, retorne a essas questões para examinar suas reflexões iniciais.



# O que podemos conhecer?



Relatividade. Maurits C. Escher, 1953.

Observe, na parte superior desta litografia, uma escada e duas pessoas que se movem na mesma direção. Mas uma parece descer e a outra subir. Logo abaixo, a parede ao lado daquela que sobe é o solo da outra que se encontra sentada. Na parte inferior, alguém sobe, mas a porta que se abre à sua frente pertence ao espaço possível daquela que desce com a bandeja e a garrafa. Outras figuras se posicionam, sempre invertendo a percepção que temos da horizontal e da vertical. Com base nessas observações, nos perguntamos como as pessoas podem estar no mesmo espaço e ao mesmo tempo em mundos diferentes?

A primeira impressão diante de uma obra de Escher é de estranhamento, mas também de ludicidade, porque o artista brinca com nossa percepção. O que nos faz pensar: será que tudo o que vejo é mesmo real? E se tudo for uma ilusão de meus sentidos? Convivo com pessoas que pensam de modo tão diferente de mim, como se vivessem em outra realidade. O que é o real? Qual a garantia de que a realidade não seja um sonho? Já tive certezas tão arraigadas e que se

THE M.C. ESCHER FOUNDATION, HOLLAND. ALL RIGHTS RESERVED. WWW.MCESCHER.COM

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



dissolveram com o tempo: teria eu caído em erro? E agora, estaria certo? Quais são as garantias de minhas certezas?

Alguém pode dizer que há coisas de que não posso duvidar, porque são evidentes. Mas essa evidência talvez não seja mais do que o hábito, o costume, pois muitas verdades me foram inculcadas desde a infância. Também os povos se enganam, basta lembrar que antes de Copérnico e Galileu parecia óbvio que o Sol girasse em torno da Terra, enquanto ela permanecia fixa no centro do mundo. Nem as ciências podem nos garantir certezas? E, se puderem, que tipo de certeza elas nos dão?

## 1 O ato de conhecer

O campo de investigação filosófica que abarca as questões sobre o conhecer chama-se *teoria do conhecimento*. Tradicionalmente costuma-se definir *conhecimento* como o modo pelo qual o sujeito se apropria intelectualmente do objeto.

### E ETIMOLOGIA

**Conhecimento.** Do latim *cognoscere*, "ato de conhecer". Em português derivaram termos como *cognoscente*, "o sujeito que conhece", e *cognoscível*, "o que pode ser conhecido".

Entendemos por conhecimento o *ato* ou o *produto* do conhecimento.

- O *ato* do conhecimento diz respeito à relação que se estabelece entre o sujeito cognoscente e o objeto a ser conhecido. O objeto é algo fora da mente, mas também a própria mente, quando percebemos nossos afetos, desejos e ideias.
- O *produto* do conhecimento é o que resulta do ato de conhecer, ou seja, o conjunto de saberes acumulados e recebidos pela cultura, bem como os saberes que cada um de nós acrescenta à tradição: as crenças, os valores, as ciências, as religiões, as técnicas, as artes, a filosofia etc.

Neste capítulo, vamos privilegiar o primeiro aspecto: o *ato* de conhecer.

## 2 Os modos de conhecer

De que maneiras o sujeito cognoscente apreende o real? Geralmente consideramos o conhecimento como um ato da razão, pelo qual encadeamos ideias e juízos, para chegar a uma conclusão. Essas etapas compõem o nosso raciocínio. No entanto, conhecemos o real também pela intuição. Vejamos a diferença entre *intuição* e *conhecimento discursivo*.

### ► A intuição

A *intuição* é um conhecimento imediato — alcançado sem intermediários —, um tipo de pensamento direto, uma visão súbita. Por isso é inexprimível: Como poderíamos explicar em palavras a sensação do vermelho? Ou a intensidade do meu amor ou ódio? É também um tipo de conhecimento impossível de ser provado ou demonstrado. No entanto, a intuição é importante por possibilitar a invenção, a descoberta, os grandes saltos do saber humano.

### E ETIMOLOGIA

**Intuição.** Do latim *intuitio*, do verbo *intueor*, "olhar atentamente", "observar". Intuição é portanto uma "visão", uma percepção sem conceito.

A intuição expressa-se de diversas maneiras, entre as quais destacamos a empírica, a inventiva e a intelectual.

- a) **A intuição empírica** é o conhecimento imediato baseado em uma experiência que independe de qualquer conceito. Ela pode ser:
  - sensível, quando percebemos pelos órgãos dos sentidos: o calor do verão, as cores da primavera, o som do violino, o odor do café, o sabor doce;
  - psicológica, quando temos a experiência interna imediata de nossas percepções, emoções, sentimentos e desejos.
- b) **A intuição inventiva** é a intuição do sábio, do artista, do cientista ao descobrirem soluções súbitas, como uma hipótese fecunda ou uma inspiração inovadora. Na vida diária também enfrentamos situações que exigem verdadeiras invenções súbitas, desde o diagnóstico de um médico até a solução prática de um problema caseiro. Segundo o matemático e filósofo Henri Poincaré, enquanto a lógica nos ajuda a demonstrar, a invenção só é possível pela intuição.





Arquimedes em xilogravura do século XVI. Autoria desconhecida.

O sábio grego Arquimedes (séc. III a.C.) fora incumbido pelo rei de descobrir se o ourives usara menos ouro na confecção de sua coroa. Como saber sem derreter a peça? Obteve a resposta quando percebeu que ao entrar na banheira deslocava certa quantidade de água. Nesse momento, gritou: "Eureka!" (Descobri!). Arquimedes intuía não só a solução para a dúvida do rei, mas, principalmente, um dos mais fecundos princípios da hidrostática sobre a densidade dos corpos (se quiser saber mais sobre isso, consulte o capítulo 29, "Ciência antiga e medieval").

Com base em sua experiência pessoal, descreva uma intuição que lhe tenha sido proveitosa.

- c) **A intuição intelectual** procura captar diretamente a essência do objeto. Descartes, quando chegou à consciência do *cogito* — o eu pensante —, considerou tratar-se de uma *primeira verdade* que não podia ser provada, mas da qual não se poderia duvidar: *Cogito, ergo sum*, que em latim significa "penso, logo existo". A partir dessa intuição primeira (a existência do eu como ser pensante), estabeleceu o ponto de partida para o método da filosofia e das ciências modernas.

### ► Conhecimento discursivo

Para compreender o mundo, a razão supera as informações concretas e imediatas recebidas por intuição e organiza-as em conceitos ou ideias gerais que, devidamente articulados pelo encadeamento de juízos e raciocínios, levam à demonstração e a conclusões. Portanto, o conhecimento discursivo, ao contrário da intuição, precisa da palavra, da linguagem.

#### **E** ETIMOLOGIA

**Discurso.** Do latim *discursus*, literalmente "ação de correr para diversas partes, de tomar várias direções".

Por ser mediado pelo conceito, o conhecimento discursivo é abstrato. Abstrair significa "isolar", "separar de". Fazemos abstração quando isolamos um elemento que não é dado separadamente na realidade. Quando vemos um copo, temos a imagem dele, uma representação mental de natureza sensível, concreta e particular: um copo de cristal verde lapidado. A ideia abstrata, porém, despreza as características secundárias para obter a representação intelectual do objeto, que é imaterial e geral. Ou seja, a ideia de copo não se refere àquele copo particular, mas a todos os copos existentes.

Quando dizemos "2", não importa se nos referimos a duas pessoas ou duas frutas. A matemática faz abstração ao reduzir as coisas, que têm peso, dureza e cor, a pura quantidade. As ciências em geral baseiam-se em abstrações para estabelecer as leis: ao concluir que o calor dilata os corpos, são abstraídas as características que distinguem cada corpo para considerar apenas os aspectos comuns àqueles corpos, ou seja, o "corpo em geral", enquanto submetido à ação do calor. Quanto mais abstrato o conceito, mais se distancia da realidade concreta. Esse artifício da razão é importante para a superação das particularidades do real e a elaboração de leis gerais explicativas.

Como se dá então o conhecimento? Ao afastar-se do vivido, a razão enriquece o conhecimento pela interpretação e pela crítica. Esse distanciamento,



porém, como enfatizam alguns filósofos, pode representar um empobrecimento da experiência intuitiva que temos do mundo e de nós mesmos. Por isso, o conhecimento se faz pela relação contínua entre intuição e razão, vivência e teoria, concreto e abstrato.

### 3 A verdade

O que é a verdade? O que alguém quer dizer quando afirma que uma proposição é verdadeira?

Primeiro, vamos comparar o conceito de *verdade* com o de *veracidade* e o de *realidade*.

• **Verdade e veracidade:** suponhamos que alguém me diz que há um lado da Lua que nunca é visto da Terra. Se eu lhe perguntar: "Isto é verdade?", a indagação pode ter dois sentidos. O primeiro é se meu interlocutor está me dizendo uma verdade ou se está mentindo. Nesse caso, trata-se da veracidade, que nos coloca diante de uma questão moral: o indivíduo veraz é o que não mente. O segundo sentido é propriamente epistemológico: quero saber se a afirmação de meu interlocutor é verdadeira ou falsa. Para tanto, indago se a proposição corresponde à realidade, se já foi comprovada, se a fonte de informação é digna de crédito ou não. É esse tipo de verdade que iremos discutir neste capítulo.

• **Verdade e realidade:** embora diferentes, esses dois conceitos são frequentemente confundidos na linguagem cotidiana. A verdade do conhecimento diz respeito a uma proposição que expressa um fato do mundo. Assim, quando afirmamos "Este colar é de ouro", a proposição é falsa caso se trate de uma bijuteria. Mas se nos referimos a coisas (um colar, um quadro, um dente) só podemos afirmar que são *reais*, e não verdadeiras ou falsas.

Portanto, o falso ou o verdadeiro não estão na coisa mesma, mas no juízo, que representa uma situação possível. Ao beber o líquido escuro que me parecia café, emito os juízos: "Este líquido não é café" e "Este líquido é cevada". Portanto, a verdade (ou falsidade) se dá quando afirmamos ou negamos algo sobre uma coisa, e esses juízos correspondem (ou não) à realidade.

Estamos diante de um primeiro sentido de verdade: *um juízo verdadeiro é aquele que corresponde aos fatos*. Ainda que essa *definição* pareça óbvia e esteja de acordo com o senso comum, há uma outra questão que diz respeito ao *critério* de verdade: podemos *saber* como as coisas são de fato?

### 4 Podemos alcançar a certeza?

A certeza é o resultado de nossa adesão ao que consideramos verdadeiro. Para entendermos as mudanças ocorridas ao longo da história da filosofia sobre a possibilidade de conhecermos a verdade, vamos distinguir duas tendências principais: o dogmatismo filosófico e o ceticismo.

#### ► O dogmatismo

Há vários significados para o conceito de dogmatismo. Vejamos o sentido do senso comum e o sentido filosófico do termo.

##### a) O dogmatismo do senso comum

No senso comum, o dogmatismo designa as certezas não questionadas do nosso cotidiano: de posse

**Proposição.** Expressão linguística de um enunciado (com sujeito, verbo e predicado) que pode ser verdadeira ou falsa. O mesmo que juízo.

**Epistemológico.** Relativo ao conhecimento. Conferir outros sentidos de epistemologia no **Vocabulário**, no final deste livro.

Calvin



Bill Watterson



Calvin não teve um comportamento veraz: ele simula uma dor intensa que não sente de fato. Em: *O Estado de S. Paulo*, 18 maio 2008. TV Lazer, p. 24.